

Demografia População e povos originários no país somam 1,69 milhão e maior parte do contingente está fora das terras demarcadas

Censo traz desafio de políticas públicas para indígenas

Rafael Rosas, Alessandra Saraiva e Luciane Carneiro
Do Rio

Indígenas chegam a 1,7 milhão no país

Pessoas indígenas no país e nas grandes regiões



Fonte: Censo Demográfico 2022, Indígenas IBGE

O Censo Demográfico 2022: Indígenas - Primeiros Resultados, divulgado nesta segunda-feira (7), mostrou que a população indígena no país atingiu 1,69 milhão de pessoas no ano passado. O que aparentemente indicaria um salto de quase 90% nesse quantitativo populacional frente aos 896,9 mil pessoas, foi fruto principalmente de uma mudança metodológica feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que jogou mais luz sobre os dados, que neste ano estão mais detalhados que em 2010. Como resultado, especialistas afirmam que as informações divulgadas ontem trazem indicações para nortear novas políticas públicas para populações que antes não eram captadas pelas estatísticas oficiais do país.

No Censo de um ano passado, perguntas no questionário que poderiam identificar quem se considera indígena no país foram incluídas em locais fora de territórios indígenas delimitados de maneira formal. A inexistência dessas perguntas fora dessas áreas em 2010 diminuiu o contingente indígena.

"Ampliamos as possibilidades de nossos informantes se declararem indígenas a partir de questões complementares", disse Fernando Damasceno, pesquisador e gerente de territórios tradicionais e áreas protegidas do IBGE.

Como resultado dessa mudança metodológica, o Censo 2022 mostra que mais de 60% dos indígenas do país moram fora de seus

territórios. Havia 1,071 milhão — ou 63,27% do total — longe dos territórios indígenas, enquanto 622.066 (36,73%) moravam dentro de suas terras no ano passado. No Censo 2010, 57% dos indígenas moravam em seus territórios. O país soma 573 terras indígenas, contra 505 no censo passado, mas apenas 501 são comparáveis entre as duas pesquisas.

O demógrafo e professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) José Eustáquio Diniz Alves ressalta que o aumento da cobertura do recenseamento em localidades indígenas e políticas afirmativas de valo-

rização do reconhecimento dos povos originários explicam "fundamentalmente" o aumento da população indígena. "A parceria do IBGE com as comunidades indígenas foi essencial para a melhor contagem. E, em um cenário nacional em que mais pessoas passaram a se reconhecer indígenas, isto aumentou a autodeclaração", afirma.

Por enquanto, diz Alves, ainda não é possível determinar o peso dos fatores demográficos na variação do tamanho da população indígena entre os Censos de 2010 e 2022. "Mas sabemos que somente os componentes da dinâmica demográfica não são suficientes para

explicar um crescimento de quase 90% em 12 anos." "O governo tem que pensar em política pública para essa população", diz Neidinha Surui, ativista socioambiental e integrante da associação de defesa ambiental Kanindé. "Quem mora em contexto urbano tem que ter o mesmo atendimento de quem mora na terra indígena", diz. E explica que o censo vai obrigar os formuladores de políticas públicas a pensar em soluções não apenas para dentro do território, mas também para outras regiões.

A maior cidade da região Norte, por exemplo, é a que mais concentra população indígena no país. Manaus tem 71.713 indígenas, seguida das também amazenses São Gabriel da Cachoeira, com 48.256, e Tabatinga, com 34.497 indígenas. No total, de 5.570 municípios do país, 4.832 têm presença indígena, sendo 79 com mais de 5 mil indígenas. Outras grandes cidades também apresentam populações indígenas relevantes. Salvador tem o quarto maior contingente do país, com 27,7 mil, enquanto São Paulo, maior município brasileiro, tem a décima maior população indígena, com 19,7 mil pessoas.

"O resultado do Censo é fundamental e traz dados demográficos para traçar perfil específico. Os

"Governo tem que pensar em política pública para essa população"
Neidinha Surui



Simone Tebet e Sônia Guajajara apresentam os dados do Censo indígena

grupos dentro das cidades estavam "invisibilizados", diz Tiago Moreira, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA).

Outra questão levantada pelo pesquisador do ISA é que 867.919 indígenas vivem na Amazônia Legal, área que abrange oito Estados pertencentes à Bacia Amazônica, o equivalente a 51,25% do total. Significa que quase metade, 48,75% do total, estava fora da Amazônia.

"Do ponto de vista da política pública, o Censo nos coloca para pensar qual seria a política a se ter [para a população indígena] fora da Amazônia Legal e em áreas urbanizadas", diz Moreira. Alcebias Constantino, do povo Sapará e vice-coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), também ressalta que as políticas públicas precisam chegar fora das terras indígenas e para além da Amazônia: "A Amazônia Legal concentra boa parte da população indígena", diz. "Mas os outros biomas também requerem uma máxima atenção. E as políticas de demarcação de terras indígenas pre-

cisam chegar", cobra.

Um ponto especial do Censo 2022 foi o levantamento da terra indígena Yanomami, maior do país em área, com 9,5 milhões de hectares, o que corresponde, aproximadamente, à área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somados. Damasceno, do IBGE, diz ainda que é o território indígena com maior número de habitantes, com 27.152 indígenas.

Damasceno ressalta que o censo da população yanomami exigiu enorme logística em meio à crise sanitária vivida pela população, que nos últimos anos foi vítima de ataques e invasões de garimpeiros. "Tem relevo desafiador, rios em grande parte não navegáveis e outras dificuldades de acesso, de percurso", disse. "Falamos aqui que tem o censo indígena; e tem o censo yanomami", diz Damasceno, lembrando que a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), declarada em janeiro, fez os recenseadores trabalharem em meio ao recebimento de ajuda humanitária a esse povo.

Mais sobre indígenas na página A18

Lei Maria da Penha ainda enfrenta obstáculos

Rafael Vazquez
De São Paulo



Thais Santesi muitas vezes mulher procura ajuda só após situação se agravar

Sancionada há 17 anos, a Lei Maria da Penha (11.340) é um marco no combate à violência contra a mulher e vista como um mecanismo de proteção incontestável pelo público feminino. Contudo, especialistas no tema dizem acreditar que ainda há um longo caminho a percorrer para colocar em prática todo potencial do texto, principalmente diante do movimento de homens e inclusive de mulheres que se opõem ao empoderamento feminino na sociedade.

Desde 2015, quando outra lei, a de número 13.104, passou a diferenciar o homicídio de mulheres e criou a figura do feminicídio no Código Penal, o número de feminicídios mais do que triplicou no Brasil — de 439 para 1.437, em 2022, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A conscientização sobre o tema é um fator envolto nesse aumento, já que as autoridades começaram a identificar melhor o que é o feminicídio, crime ocorrido geralmente por violência doméstica. Mas a proporção de feminicídios entre os homicídios de mulheres também está em alta. Entre 2021 e 2022, essa proporção subiu de 34% para 35,6% em território nacional.

"A conscientização sobre o tema contribui para o aumento dos números, até porque as mulheres também passaram a denunciar mais a partir do momento que entenderam melhor o que acontece com elas. Mas ao ver o aumento do feminicídio concluímos que a violência também aumentou porque é um crime no qual obviamente não é a vítima que faz a denúncia", analisa Isabela Sobral, supervisora do núcleo de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, responsável pela elaboração do Anuário.

Sobral explica que os benefícios gerados a partir da Lei Maria da Penha, como a conscientização sobre as formas diferentes

de violência e a maior busca das mulheres pelo controle de suas próprias vidas, ocasionou um efeito contrário que está sendo estudado internacionalmente como "backlash", termo em inglês que em tradução livre significa "retaliação". Homens incomodados com o empoderamento feminino e atitudes mais autônomas das mulheres escalaram na violência.

Como resultado, outros tipos de violência doméstica contra mulheres também cresceram. O de lesão corporal dolosa avançou 2,1% entre 2021 e 2022, e o número de medidas protetivas concedidas a vítimas femininas aumentou 13,7%, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Os registros de ameaças a mulheres também subiram 7,2% entre um ano e outro.

"Dezesseis anos depois da Maria da Penha estamos buscando manter a lei viva e fazer com que ela seja vista pela sociedade e pelo Estado como uma política pública integral para avançar em outros campos", comenta a advogada e diretora da ONG Tamo Juntas, Letícia Ferreira. "Seguimos na batalha pela eficácia da lei em todos os seus aspectos, principalmente no campo educativo e preventivo", acrescenta.

Segundo Ferreira, as propos-

tas que surgem para alterar a Maria da Penha são sempre no sentido de aumentar as punições, o que é válido, mas é pouco. "Precisamos explorar mais o potencial no campo da prevenção, da informação, do acesso ao mercado de trabalho e da educação, onde acabamos não avançando tanto por força do movimento reacionário que ganhou força no país na última década".

A ONG Tamo Juntas atua em uma das frentes que Ferreira aponta como um problema que a Lei Maria da Penha não resolveu sozinha. Fundada em Salvador em 2016, as voluntárias — advogadas, assistentes sociais, psicólogas, médicas, dentistas — da organização prestam assessoria para que as vítimas tenham o devido suporte que as permita acessar de fato os benefícios concedidos pela lei. Na visão de Ferreira, o Estado ainda tem falhado em garantir os direitos de mulheres em condições de vulnerabilidade.

O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra, por exemplo, que 61,1% das vítimas de feminicídio são negras. Ferreira explica que não é uma coincidência porque o racismo estrutural no país faz com que mulheres negras estejam mais sujeitas à pobreza, o que faz com

que o acesso aos serviços do Estado seja mais difícil para elas.

Como consequência direta, mulheres negras enfrentam maior dificuldade de interromper o ciclo de violência e mais vulneráveis ao fim extremo, que é a morte.

"Embora o saldo da lei seja muito positivo, quem tem defendido e segurado nos dentes é o movimento de mulheres comprometidas com essa proteção e com estimular a importância de que o Estado se envolva mais. Porque a mudança que a Maria da Penha incentivou é a de que a violência contra a mulher é um problema que o Estado brasileiro precisa combater", diz a advogada, comentando que antes as agressões costumavam ser encaradas como assunto privado.

Vítima de violência doméstica de seu ex-companheiro, Thais Santesi explica que o desconhecimento sobre as situações que convivia fez com que demorasse a perceber os riscos. "Nos primeiros anos, eu não entendia aquela dinâmica. Ao começar a pesquisar o comportamento do meu agressor é que concluí que, infelizmente, eu estava vivenciando um caso de violência doméstica", conta.

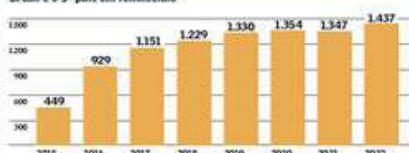
Não época, Santesi trabalhava como produtora de vídeo e a transição para se formar terapeuta a ajudou a identificar a situação. Hoje, ela lidera o Projeto Basté, formado por um grupo de profissionais que oferece orientação e serviços para mulheres em relacionamentos abusivos. Também é autora do livro "O Guia da Liberdade - Guia completo sobre relacionamentos abusivos", publicado pela editora Literando.

"Geralmente a mulher procura ajuda após sofrer agressão física, mas na maioria das vezes isso acontece depois que a situação já se agravou. Gritos, socos na parede, quebra de objetos e coisas do tipo já são sinais. O padrão é o de escalada, então o ideal é que a mulher se afaste do potencial agressor antes mesmo

Ataques contra mulheres crescem

Apesar do aumento de ocorrências, investimento caiu desde 2014

Brasil é o 5º país em feminicídio

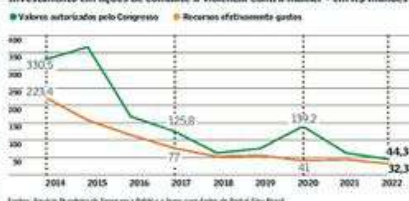


35,6% dos homicídios em que mulheres são as vítimas se enquadraram como feminicídio em 2022

61% das vítimas são mulheres negras



Investimento em ações de combate à violência contra mulher - em R\$ milhões



Fontes: Anuário Brasileiro de Segurança Pública e dados do Portal São Paulo

da ocorrência de um fato mais extremo. Não pagar para ver, pois as estatísticas estão aí", diz, lembrando que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnuh) — fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Apesar da tendência negativa indicada pelos dados, o investimento do governo federal em ações de combate à violência contra a mulher caiu consistentemente nos últimos dez anos, o que as especialistas apontam co-

mo um ponto a mais de preocupação. Segundo levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) a partir de números do Portal Siga Brasil, os recursos efetivamente gastos em políticas públicas de combate à violência contra a mulher caiu de R\$ 223,4 milhões, em 2014, para R\$ 32,3 milhões, no ano passado.

"A Lei Maria da Penha é poderosa, tirou a mulher do buraco. Ajudou a mim e a muitas mulheres. O que falta hoje é o investimento do Estado, que não vem direcionando recursos suficientes há pelo menos dez anos", lamenta Santesi.